

ROGÉRIO GESTA LEAL

Prefácio

Romeu Felipe Bacellar Filho

ASPECTOS POLÊMICOS DA LEI ANTICORRUPÇÃO NO BRASIL

Belo Horizonte

FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

2022

© 2022 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Florianio de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

L435a	Leal, Rogério Gesta Aspectos polêmicos da Lei Anticorrupção no Brasil / Rogério Gesta Leal. - Belo Horizonte : Fórum, 2022. 139 p. ; 14,5cm x 21,5cm.
	Inclui bibliografia. ISBN: 978-65-5518-362-7
1. Direito Administrativo. 2. Direito Constitucional. 3. Direito Público. 4. Direito Econômico. 5. Direito Empresarial. I. Título.	
2022-870	CDD: 341.3 CDU: 342.9

Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior – CRB-8/9949

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

LEAL, Rogério Gesta. *Aspectos polêmicos da Lei Anticorrupção no Brasil*. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 139 p. ISBN 978-65-5518-362-7

PREFÁCIO	
Romeu Felipe Bacellar Filho	11
APRESENTAÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1	
A CORRUPÇÃO COMO FENÔMENO COMPLEXO	19
1.1 Notas introdutórias	19
1.2 A corrupção como mal-estar às instituições democráticas.....	20
1.3 A institucionalidade corruptiva no Brasil: alguns elementos historiográficos.....	27
1.4 Qual o papel da sociedade civil?	32
1.5 Notas conclusivas	37
1.6 Referências	40
CAPÍTULO 2	
OS ATOS ATENTATÓRIOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO, AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AOS COMPROMISSOS INTERNACIONAIS ASSUMIDOS PELO BRASIL: ASPECTOS NEURAIIS DA LEI ANTICORRUPÇÃO	43
2.1 Notas introdutórias	43
2.2 Contextos convulsivos à formatação da Lei nº 12.846/2013	44
2.3 Quais os bens jurídicos tutelados pela Lei Anticorrupção?.....	51
2.4 Notas conclusivas	59
2.5 Referências	64
CAPÍTULO 3	
A RESPONSABILIDADE OBJETIVA ADMINISTRATIVA E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS NOS TERMOS DA LEI ANTICORRUPÇÃO BRASILEIRA	69
3.1 Notas introdutórias	69
3.2 Sobre os argumentos prós e contras a responsabilidade objetiva da pessoa jurídica na ADI5261	70
3.3 O problema da responsabilidade civil objetiva: alguns apontamentos	72
3.4 Condições e possibilidades da responsabilidade objetiva da empresa no âmbito da Lei Anticorrupção.....	80
3.5 Notas conclusivas	85
3.6 Referências	90
CAPÍTULO 4	
O PROBLEMA DO CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS PUNIDAS DO ART. 22 DA LEI ANTICORRUPÇÃO BRASILEIRA E OS ABALOS À PERSONALIDADE JURÍDICA DA EMPRESA	95
4.1 Notas introdutórias	95
4.2 Direito fundamental da pessoa jurídica à tutela de seu nome, imagem e reputação: aspectos gerais.....	96
4.3 O cadastro nacional de empresas punidas administrativamente nos termos da Lei Anticorrupção: problemas intercorrentes.....	110
4.4 Notas conclusivas	113
4.5 Referências	115

CAPÍTULO 5

A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA COMO FERRAMENTA DE COMBATE À CORRUPÇÃO NO ÂMBITO DA LEI ANTICORRUPÇÃO BRASILEIRA: APONTAMENTOS CRÍTICOS..... 119

5.1	Notas introdutórias	119
5.2	O instituto da desconsideração da personalidade jurídica: interfaces entre o público e o privado.....	120
5.3	O uso administrativo do instituto da desconsideração da personalidade jurídica no âmbito da Lei Anticorrupção	132
5.4	Notas conclusivas	136
5.5	Referências	138